# Requisitos de Software

Prof.<sup>a</sup> Ma. Jessica Oliveira



#### Aula 07 - 05/05/2025

# Gerência de requisitos e controle de mudanças.



- A gerência de requisitos é um conjunto de atividades fundamentais que garante que os requisitos de um sistema sejam documentados, controlados, modificados e rastreados ao longo de todo o ciclo de vida do software.
- Segundo Pressman e Maxim (2016), o objetivo da gerência de requisitos é assegurar que os requisitos do sistema reflitam, de forma contínua e precisa, as necessidades reais dos *stakeholders*, mesmo diante de mudanças naturais ao longo do projeto.



- Na prática, os requisitos não são elementos estáticos. Conforme Sommerville (2019), eles tendem a evoluir em função de múltiplos fatores, tais como:
  - Alterações no ambiente de negócio;
  - Novas demandas dos usuários;
  - Descobertas técnicas ao longo do desenvolvimento;
  - Erros de interpretação ou omissões nos requisitos iniciais.



- Quando essas mudanças ocorrem sem controle, surgem problemas graves, como requisitos conflitantes, requisitos obsoletos, retrabalho, e até mesmo fracasso do projeto.
- É por isso que a gerência de requisitos se torna uma atividade estratégica, não apenas técnica.
- Ela ajuda a manter a alinhamento contínuo entre o que é desenvolvido e o que realmente é necessário.



- De acordo com o Guia BABOK® (IIBA, 2021), a gerência eficaz de requisitos também contribui para:
  - Aumento da rastreabilidade e transparência;
  - Facilidade na comunicação com stakeholders;
  - Maior controle sobre mudanças;
  - Minimização de riscos.
- Portanto, sem gerência de requisitos, há um alto risco de se construir o sistema certo de forma errada, ou até mesmo o sistema errado de forma correta.



- E definida como a habilidade de identificar e acompanhar cada requisito individualmente, desde sua origem até sua implementação final, testes e manutenção.
- Isso significa que é possível:
  - Saber de onde o requisito surgiu;
  - Ver quem o solicitou;
  - Acompanhar em quais documentos, modelos, códigos e testes o requisito impacta.



- Sommerville (2019) afirma que a rastreabilidade é um dos pilares da gerência de requisitos, pois ela:
  - Facilita a análise de impacto de mudanças;
  - Garante consistência entre os artefatos de desenvolvimento;
  - Apoia as atividades de validação e verificação;
  - Proporciona transparência entre os envolvidos.



- Existem dois tipos principais de rastreabilidade:
  - Rastreabilidade para trás (backward traceability): permite identificar a origem de cada requisito, ou seja, qual necessidade do cliente ou documento deu origem a ele.
  - Rastreabilidade para frente (forward traceability): permite rastrear um requisito até sua implementação e testes, garantindo que ele foi atendido no produto final.



- Um exemplo prático seria:
  - Requisito R5: "O sistema deve permitir que o paciente cancele uma consulta com 24h de antecedência."
  - Origem: Reunião com stakeholders em 10/03/2025.
  - Artefatos afetados: Documento de requisitos, Diagrama de Casos de Uso, Classes de controle de agendamento, Casos de teste T15 e T16.
- Esse controle detalhado só é possível quando há um processo organizado de documentação e uso de identificadores únicos para cada requisito.
- Conforme Wiegers e Beatty (2013), ferramentas modernas de gerência de requisitos, como Jama, DOORS, ReqView e Enterprise Architect, oferecem suporte nativo para rastreabilidade entre requisitos e demais artefatos.



- É o processo de registrar e controlar diferentes versões de um mesmo requisito ao longo do tempo.
- Isso é necessário porque, em um projeto real, os requisitos:
  - São refinados com o tempo;
  - Podem ser corrigidos ou desdobrados;
  - Podem ser reescritos após testes ou feedbacks;
  - Precisam ser atualizados conforme novas regras de negócio.



- Segundo Pressman e Maxim (2016), o versionamento é uma prática fundamental para manter a história evolutiva do sistema, sendo útil para auditorias, manutenção futura e análise de impacto.
- Cada alteração em um requisito deve gerar uma nova versão numerada, e todas as versões anteriores devem ser arquivadas, para consulta futura.
- Wiegers e Beatty (2013) destacam que uma política de versionamento bem definida reduz falhas de comunicação e aumenta a confiabilidade dos requisitos em projetos complexos.



- Por exemplo:
  - R2\_v1: "O sistema deve permitir o agendamento de consultas."
  - R2\_v2: "O sistema deve permitir o agendamento de consultas, com escolha de data e horário pelo paciente."
  - R2\_v3: "O sistema deve permitir o agendamento de consultas com seleção de médico, data e horário."
- Se essas versões não forem controladas, os desenvolvedores e analistas podem trabalhar com informações divergentes, gerando inconsistência, retrabalho e conflito.



- Além disso, práticas como controle de histórico, marcação de versões, uso de logs de mudanças e documentação comparativa (diff) são essenciais nesse processo.
- Ferramentas como Git e GitHub, embora voltadas para código-fonte, também permitem versionar documentos de requisitos e manter um histórico claro de alterações.
- Para documentos mais formais, é comum usar controles de versão como:
  - R1.0 versão inicial;
  - R1.1 correção de erro;
  - R2.0 nova funcionalidade incorporada.



- O controle de mudanças é o processo de analisar, aprovar (ou rejeitar), documentar e implementar modificações nos requisitos ao longo do projeto.
- Como mudanças são inevitáveis, o importante é que elas sejam tratadas com métodos formais e critérios objetivos.
- Conforme o Guia PMBOK® (PMI, 2021), o controle de mudanças é parte integrante da Gestão da Integração e deve incluir:



- Registro formal da mudança (RFC Request for Change);
- Avaliação do impacto (em termos de tempo, custo, riscos e qualidade);
- Decisão de aceite, rejeição ou adiamento;
- Registro da decisão e atualização da documentação.
- Em projetos de *software*, especialmente os que seguem processos mais formais, é comum a criação de um *Change Control Board* (CCB), um comitê responsável por avaliar e aprovar mudanças nos requisitos. Esse comitê é composto por analistas, gerentes de projeto, desenvolvedores, representantes do cliente, entre outros.



- Segundo Sommerville (2019), o controle de mudanças deve responder às seguintes perguntas:
  - Qual é a natureza da mudança?
  - Quem solicitou a mudança?
  - Quais são os requisitos afetados?
  - Quais são os impactos esperados no sistema e no cronograma?
  - A mudança será implementada agora, depois ou será rejeitada?



- Wiegers e Beatty (2013) recomendam que toda solicitação de mudança seja tratada como um artefato formal, com campos como:
  - ID da mudança;
  - Descrição detalhada;
  - Requisitos afetados;
  - Decisão tomada;
  - Justificativa;
  - Nome do aprovador.
- Essa prática garante transparência, rastreabilidade e previsibilidade, permitindo uma evolução saudável do produto, sem comprometer a integridade do projeto.



# Vamos para um desafio?



# **Dúvidas?**

jessica.oliveira@p.ucb.br



#### Referências.

- IIBA. Guia BABOK®: **Guia para o Corpo de Conhecimento em Análise de Negócios.** 3. ed. Toronto: International Institute of Business Analysis, 2021.
- PMI. Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®). 7. ed. Newtown Square: Project Management Institute, 2021.
- PRESSMAN, R. S.; MAXIM, B. R. **Engenharia de Software.** 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2016.
- SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software.** 10. ed. São Paulo: Pearson, 2019.
- WIEGERS, K.; BEATTY, J. **Software Requirements.** 3. ed. Redmond: Microsoft Press, 2013.

